



TESOURO NACIONAL

RTN
2021

Outubro

Publicado em
29/11/2021

Resultado do Tesouro Nacional

Boletim – Vol. 27, N.10

Ministro da Economia

Paulo Roberto Nunes Guedes

Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

Esteves Pedro Colnago Junior

Secretária Especial Substituta do Tesouro e Orçamento

Júlio Alexandre Menezes da Silva

Secretário do Tesouro Nacional

Paulo Fontoura Valle

Subsecretários

Adriano Pereira de Paula

Heriberto Henrique Vilela do Nascimento

Otávio Ladeira de Medeiros

Paula Bicudo de Castro Magalhães

David Rebelo Athayde

Pricilla Maria Santana

Waldeir Machado da Silva

Coordenador-Geral de Estudos Econômico-Fiscais

Pedro Ivo Ferreira de Souza Junior

Coordenador de Estudos Econômico-Fiscais

Alex Pereira Benício

Equipe Técnica

Fábio Felipe Dáquilla Prates

Fernando Cardoso Ferraz

Guilherme Ceccato

Assessoria de Comunicação Social (ASCOM/Tesouro Nacional)

Telefone: (61) 3412-1843

E-mail: ascom@tesouro.gov.br

Disponível em: www.tesourotransparente.gov.br

O Resultado do Tesouro Nacional é uma publicação mensal da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), elaborada pela Coordenação-Geral de Estudos Econômico-Fiscais.

É permitida a reprodução total ou parcial, desde que citada a fonte.

Resultado do Tesouro Nacional / Secretaria do Tesouro Nacional. – v. 27, n. 10 (Outubro, 2021). – Brasília: STN, 1995_.

Mensal.

Continuação de: Demonstrativo da execução financeira do Tesouro Nacional.

ISSN 1519-2970

1. Finanças públicas – Periódicos. 2. Receita pública – Periódicos. 3. Despesa pública – Periódicos.

1. Brasil. Secretaria do Tesouro Nacional.

CDD 336.005

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Mensal em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Discriminação	Outubro		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	153.573,4	182.805,9	29.232,5	19,0%	7,6%
2. Transf. por Repartição de Receita	20.330,7	26.621,8	6.291,1	30,9%	18,3%
3. Receita Líquida (I-II)	133.242,7	156.184,1	22.941,3	17,2%	5,9%
4. Despesa Total	136.661,4	127.989,0	-8.672,4	-6,3%	-15,4%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-3.418,6	28.195,1	31.613,7	-	-
Resultado do Tesouro Nacional	6.262,8	44.201,8	37.939,0	605,8%	537,7%
Resultado do Banco Central	-43,8	107,7	151,6	-	-
Resultado da Previdência Social	-9.637,5	-16.114,4	-6.476,9	67,2%	51,1%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	6.218,9	44.309,5	38.090,6	612,5%	543,8%

Em outubro de 2021, o resultado primário do Governo Central, a preços correntes, foi superavitário em R\$ 28,2 bilhões contra déficit de R\$ 3,4 bilhões em outubro de 2020. Em termos reais, a receita líquida cresceu R\$ 8,7 bilhões (+5,9%), enquanto a despesa total apresentou redução de R\$ 23,3 bilhões (-15,4%), quando comparadas a outubro de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Mês Contra Mês – Notas Explicativas

Discriminação	Nota	Outubro		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		153.573,4	182.805,9	29.232,5	19,0%	12.842,2	7,6%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		96.113,4	114.386,3	18.272,9	19,0%	8.015,0	7,5%
1.1.1 Imposto de Importação		4.407,7	5.307,6	899,9	20,4%	429,5	8,8%
1.1.2 IPI		5.825,2	6.061,2	236,0	4,1%	-385,7	-6,0%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	1	38.150,1	50.667,7	12.517,6	32,8%	8.446,0	20,0%
1.1.4 IOF	2	991,2	4.896,0	3.904,8	394,0%	3.799,0	346,3%
1.1.5 COFINS	3	27.234,8	24.145,9	-3.088,9	-11,3%	-5.995,6	-19,9%
1.1.6 PIS/PASEP		7.612,1	6.508,2	-1.103,8	-14,5%	-1.916,2	-22,7%
1.1.7 CSLL	4	9.367,0	14.094,6	4.727,7	50,5%	3.727,9	36,0%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		229,3	186,0	-43,3	-18,9%	-67,8	-26,7%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		2.296,1	2.519,1	222,9	9,7%	-22,1	-0,9%
1.2 - Incentivos Fiscais		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	5	41.491,9	38.366,8	-3.125,1	-7,5%	-7.553,3	-16,4%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		15.968,1	30.052,8	14.084,7	88,2%	12.380,5	70,1%
1.4.1 Concessões e Permissões	6	148,7	3.231,8	3.083,1	-	3.067,3	-
1.4.2 Dividendos e Participações		180,2	13,7	-166,5	-92,4%	-185,7	-93,1%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		1.398,2	1.372,0	-26,2	-1,9%	-175,4	-11,3%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	7	8.397,2	17.148,5	8.751,3	104,2%	7.855,1	84,5%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		938,3	1.204,8	266,5	28,4%	166,4	16,0%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		1.702,8	1.898,0	195,2	11,5%	13,4	0,7%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	19,6	19,6	-	19,6	-
1.4.8 Demais Receitas	8	3.202,8	5.164,4	1.961,6	61,2%	1.619,8	45,7%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		20.330,7	26.621,8	6.291,1	30,9%	4.121,3	18,3%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	9	15.180,5	19.876,9	4.696,3	30,9%	3.076,1	18,3%
2.2 Fundos Constitucionais		605,8	670,5	64,8	10,7%	0,1	0,0%
2.2.1 Repasse Total		994,9	1.393,6	398,7	40,1%	292,5	26,6%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-389,1	-723,0	-334,0	85,8%	-292,4	67,9%
2.3 Contribuição do Salário Educação		989,0	1.132,1	143,0	14,5%	37,5	3,4%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	10	2.401,0	3.563,9	1.162,9	48,4%	906,7	34,1%
2.5 CIDE - Combustíveis		177,3	170,1	-7,2	-4,0%	-26,1	-13,3%
2.6 Demais		977,1	1.208,4	231,3	23,7%	127,0	11,7%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		133.242,7	156.184,1	22.941,3	17,2%	8.720,8	5,9%
4. DESPESA TOTAL		136.661,4	127.989,0	-8.672,4	-6,3%	-23.257,7	-15,4%
4.1 Benefícios Previdenciários	11	51.129,4	54.481,3	3.351,8	6,6%	-2.105,0	-3,7%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	12	24.565,5	24.738,3	172,8	0,7%	-2.449,0	-9,0%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		41.861,1	26.018,3	-15.842,8	-37,8%	-20.310,5	-43,8%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	13	3.830,1	2.582,8	-1.247,4	-32,6%	-1.656,1	-39,1%
4.3.2 Anistiados		12,0	11,9	-0,1	-0,9%	-1,4	-10,5%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	14	3.616,7	0,0	-3.616,7	-100,0%	-4.002,7	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		52,0	52,0	0,0	0,0%	-5,6	-9,7%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		5.225,3	5.747,3	522,1	10,0%	-35,6	-0,6%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		0,0	19,6	19,6	-	19,6	-
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	15	31.410,0	12.010,2	-19.399,8	-61,8%	-22.752,0	-65,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		607,0	511,7	-95,4	-15,7%	-160,1	-23,8%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		98,4	63,6	-34,8	-35,4%	-45,3	-41,6%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	926,1	74,8%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		153,3	189,3	35,9	23,4%	19,6	11,5%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		839,0	836,4	-2,6	-0,3%	-92,2	-9,9%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		0,0	332,4	332,4	-	332,4	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)		215,8	275,8	60,0	27,8%	36,9	15,5%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	16	-5.389,8	787,7	6.177,4	-	6.752,7	-
4.3.16 Transferências ANA		13,1	13,5	0,4	3,3%	-1,0	-6,6%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		86,0	119,2	33,2	38,6%	24,0	25,2%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-28,7	301,3	330,0	-	333,1	-
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		2,5	-	2,5	-100,0%	2,7	-100,0%
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		19.105,4	22.751,2	3.645,8	19,1%	1.606,8	7,6%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	17	11.679,3	11.161,9	-517,4	-4,4%	-1.763,9	-13,6%
4.4.2 Discrecionárias	18	7.426,0	11.589,2	4.163,2	56,1%	3.370,6	41,0%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-3.418,6	28.195,1	31.613,7	-	31.978,6	-

Nota 1 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 8.446,0 milhões / + 20,0%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 9.772,0 milhões / +60,9%) e redução no Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (- R\$ 1.500,4 milhões / -6,8%). Em relação ao IRPJ, destacam-se: i) acréscimos reais de 33,38% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 47,65% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 20,71% na do lucro presumido. Houve também recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 5,0 bilhões, por algumas empresas de diversos setores econômicos. O resultado do IRRF é explicado, basicamente, pelos decréscimos reais na arrecadação dos itens "Aposentadoria do Regime Geral ou do Servidor Público" (-17,21%), "Participação nos Lucros ou Resultados - PLR" (-21,66%) e "Juros e Comissões em Geral" (-27,48%).

Nota 2 - IOF (+ R\$ 3.799,0 milhões / + 346,3%): aumento justificado principalmente pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de outubro de 2020. Além disso, o Decreto nº 10.797, de 2021, elevou a alíquota do imposto incidente sobre as operações de crédito realizadas desde 21/09/21.

Nota 3 - Cofins (- R\$ 5.995,6 milhões / - 19,9%): esse resultado decorreu, fundamentalmente: i) da prorrogação do prazo para o pagamento desta contribuição, vencida em maio de 2020, para outubro do referido ano, em razão da pandemia relacionada ao coronavírus, inflando a base de comparação; ii) do impacto de, aproximadamente, R\$ 200 milhões na arrecadação do Pis/Cofins referente ao diferimento para empresas do setor elétrico; e iii) do decréscimo real de 4,20% do volume de vendas (PMC-IBGE). Esses fatores foram atenuados pela variação real positiva de 11,40% do volume de serviços (PMS-IBGE) em setembro de 2021 em relação a setembro de 2020, e pelo bom desempenho das importações.

Nota 4 - CPLL (+ R\$ 3.727,9 milhões / + 36,0%): mesma explicação do IRPJ (ver Nota anterior).

Nota 5 - Arrecadação Líquida para o RGPS (- R\$ 7.553,3 milhões / - 16,4%): em outubro de 2020 houve o pagamento do diferimento relativo à Contribuição Previdenciária Patronal e aos parcelamentos especiais. Houve também a suspensão do prazo de pagamento dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios. Já em outubro de 2021 foi paga parte da parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de maio de 2021. Ainda, foi registrado saldo positivo de 313.902 empregos no Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) em setembro de 2021.

Nota 6 - Concessões e Permissões (+ R\$ 3.067,3 milhões): em outubro de 2021 houve pagamento de outorga da 6ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, relativos aos Blocos Central e Sul, no valor de R\$ 778,3 milhões e R\$ 2,19 bilhões, respectivamente.

Nota 7 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 7.855,1 milhões / + 84,5%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção, em especial devido ao aumento de 78,8% no preço do barril do petróleo entre setembro de 2020 e setembro de 2021.

Nota 8 - Demais Receitas Não Administradas pela RFB (+ R\$ 1.619,8 milhões / + 45,7%): influenciado pela restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 0,6 bilhão) e pelo aumento na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 0,8 bilhão).

Nota 9 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 3.076,1 milhões / + 18,3%): reflexo da elevação conjunta, em setembro-outubro de 2021, dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 10 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 906,7 milhões / + 34,1%): efeito derivado do aumento da arrecadação na rubrica "Receitas de Exploração de Recursos Naturais".

Nota 11 - Benefícios Previdenciários - Total (- R\$ 2.105,0 milhões / - 3,7%): resultado explicado pelo fato de o IPCA acumular aumento de 10,67% (na comparação outubro/2020 - outubro/2021), acima do reajuste concedido aos benefícios previdenciários no mesmo período de comparação.

Nota 12 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 2.449,0 milhões / - 9,0%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 13 - Abono e Seguro Desemprego (- R\$ 1.656,1 milhões/ - 39,1%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da postergação dos pagamentos de abono salarial referentes ao 2o semestre de 2021 que serão pagos em 2022.

Nota 14 - Apoio Fin. Municípios/Estados (- R\$ 4.002,7 milhões): em outubro de 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida no mesmo mês de 2021.

Nota 15 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 22.752,0 milhões / - 65,5%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparadas ao mês de outubro de 2020: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 8,0 bi em 2021 / R\$ 23,3 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 1,5 bi em 2021 / R\$ 1,6 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 0,0 bi em 2021 / R\$ 3,4 bi em 2020) e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,5 bi em 2020 sem contrapartida em 2021). Essa redução foi parcialmente compensada pela Aquisição de Vacinas (R\$ 2,4 bi em 2021 / R\$ 0,9 bi em 2020).

Nota 16 - Subsídios, Subvenções e Proagro (+ R\$ 6.752,7 milhões): em outubro de 2020 houve devolução à União de R\$ 6,8 bilhões (em valores reais) destinados ao Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, instituído pela MP 944/2020, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19). Evento sem contrapartida em outubro de 2021.

Nota 17 - Obrigatórias com Controle de Fluxo (- R\$ 1.763,9 milhões / - 13,6%): explicada pela redução nos pagamentos do programa Bolsa Família (- R\$ 1,8 bilhão / - 60,4%).

Nota 18 - Despesas Discricionárias do Poder Executivo (+ R\$ 3.370,6 milhões / + 41,0%): aumento concentrado principalmente na função Saúde (+ R\$ 3,1 bilhões / + 222,8%).

Panorama Geral do Resultado do Governo Central

Resultado Acumulado no Ano em Relação ao Acumulado do Ano Anterior

R\$ milhões - a preços correntes

Discriminação	Jan-Out		Variação (2021/2020)		
	2020	2021	Diferença	% Nominal	% Real (IPCA)
1. Receita Total	1.166.515,3	1.553.004,6	386.489,2	33,1%	23,5%
2. Transf. por Repartição de Receita	207.369,2	278.888,8	71.519,6	34,5%	24,8%
3. Receita Líquida (1-2)	959.146,1	1.274.115,7	314.969,7	32,8%	23,2%
4. Despesa Total	1.640.011,1	1.327.519,6	-312.491,6	-19,1%	-25,0%
5. Resultado Primário do Gov. Central (3 - 4)	-680.865,1	-53.403,8	627.461,2	-92,2%	-92,8%
Resultado do Tesouro Nacional	-427.986,7	188.425,2	616.411,9	-	-
Resultado do Banco Central	-501,1	-409,7	91,4	-18,2%	-23,5%
Resultado da Previdência Social	-252.377,3	-241.419,3	10.957,9	-4,3%	-11,4%
Memorando:					
Resultado TN e BCB	-428.487,8	188.015,5	616.503,3	-	-

Fonte: Tesouro Nacional.

Comparativamente ao acumulado até outubro, o resultado primário do Governo Central passou de déficit de R\$ 680,9 bilhões em 2020 para déficit de R\$ 53,4 bilhões em 2021. Em termos reais, a receita líquida apresentou acréscimo de R\$ 250,3 bilhões (+23,2%) e a despesa total diminuiu R\$ 461,7 bilhões (-25,0%), quando comparadas aos primeiros dez meses de 2020.

Resultado Primário do Governo Central Acumulado – Notas Explicativas

Discriminação	Nota	Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
		2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL		1.166.515,3	1.553.004,6	386.489,2	33,1%	308.103,5	23,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB		722.611,4	979.534,3	256.922,9	35,6%	209.658,5	25,8%
1.1.1 Imposto de Importação	1	36.004,2	51.028,4	15.024,2	41,7%	12.754,4	31,5%
1.1.2 IPI	2	43.128,5	58.335,7	15.207,2	35,3%	12.361,5	25,5%
1.1.3 Imposto sobre a Renda	3	311.338,3	423.414,3	112.076,0	36,0%	92.022,3	26,3%
1.1.4 IOF	4	18.784,6	38.467,7	19.683,2	104,8%	18.813,3	89,0%
1.1.5 COFINS	5	175.123,5	223.727,4	48.603,9	27,8%	36.565,0	18,6%
1.1.6 PIS/PASEP	6	49.657,3	62.129,2	12.471,8	25,1%	9.025,0	16,2%
1.1.7 CSLL	7	66.760,8	98.279,9	31.519,0	47,2%	27.558,7	36,7%
1.1.8 CPMF		0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis		1.897,0	1.396,5	-500,5	-26,4%	-687,6	-32,3%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB		19.917,1	22.755,2	2.838,1	14,2%	1.246,0	5,6%
1.2 - Incentivos Fiscais		-137,5	-85,9	51,7	-37,6%	65,9	-42,4%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	8	307.958,4	358.702,9	50.744,6	16,5%	27.741,8	8,0%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB		136.083,1	214.853,1	78.770,1	57,9%	70.637,3	46,2%
1.4.1 Concessões e Permissões		7.415,4	6.668,1	-747,2	-10,1%	-1.478,6	-17,8%
1.4.2 Dividendos e Participações	9	5.200,9	21.798,0	16.597,0	319,1%	16.884,3	288,8%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor		13.244,4	13.813,7	569,3	4,3%	-486,3	-3,3%
1.4.4 Exploração de Recursos Naturais	10	49.550,0	83.163,3	33.613,3	67,8%	30.665,1	55,1%
1.4.5 Receitas Próprias e de Convênios		10.596,4	13.231,4	2.635,0	24,9%	1.870,7	15,7%
1.4.6 Contribuição do Salário Educação		16.651,5	18.379,2	1.727,7	10,4%	442,5	2,4%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	19,6	-12,1	-38,1%	-16,2	-45,2%
1.4.8 Demais Receitas	11	33.392,8	57.779,9	24.387,1	73,0%	22.755,8	60,6%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA		207.369,2	278.888,8	71.519,6	34,5%	57.773,9	24,8%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	12	159.301,1	216.952,1	57.651,0	36,2%	47.375,0	26,4%
2.2 Fundos Constitucionais		7.531,6	5.338,1	-2.193,5	-29,1%	-2.911,9	-34,4%
2.2.1 Repasse Total		10.279,9	14.044,5	3.764,5	36,6%	3.105,8	26,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos		-2.748,3	-8.706,4	-5.958,1	216,8%	-6.017,7	194,8%
2.3 Contribuição do Salário Educação		10.548,8	11.602,8	1.054,0	10,0%	258,8	2,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	13	27.917,1	42.853,8	14.936,7	53,5%	13.181,9	42,0%
2.5 CIDE - Combustíveis		690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-315,5	-40,7%
2.6 Demais		1.380,6	1.698,1	317,5	23,0%	185,6	12,1%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)		959.146,1	1.274.115,7	314.969,7	32,8%	250.329,5	23,2%
4. DESPESA TOTAL		1.640.011,1	1.327.519,6	-312.491,6	-19,1%	-461.685,2	-25,0%
4.1 Benefícios Previdenciários		560.335,6	600.122,3	39.786,6	7,1%	-4.827,5	-0,8%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	14	257.971,8	265.119,6	7.147,8	2,8%	-13.609,5	-4,7%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias		638.292,8	266.684,3	-371.608,5	-58,2%	-440.404,3	-61,3%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	15	51.899,3	39.786,6	-12.112,7	-23,3%	-16.549,3	-28,3%
4.3.2 Anistiados		130,8	128,6	-2,2	-1,7%	-13,0	-8,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	16	78.123,7	0,0	-78.123,7	-100,0%	-87.761,6	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações		537,3	530,2	-7,1	-1,3%	-50,8	-8,4%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV		52.168,3	56.651,5	4.483,2	8,6%	401,8	0,7%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)		31,7	19,6	-12,1	-38,1%	-16,2	-45,2%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	17	374.169,3	107.957,5	-266.211,8	-71,1%	-309.202,5	-73,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha		8.087,1	6.308,7	-1.778,5	-22,0%	-2.510,6	-27,6%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas		779,1	703,3	-75,8	-9,7%	-148,1	-16,9%
4.3.10 Fundef/Fundeb - Complementação da União		13.576,8	17.296,8	3.720,0	27,4%	2.762,9	18,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)		1.573,0	1.730,1	157,1	10,0%	30,0	1,7%
4.3.12. Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)		8.196,8	8.184,7	-12,1	-0,1%	-695,4	-7,5%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020		0,0	4.191,7	4.191,7	-	4.400,6	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	18	22.153,5	18.207,4	-3.946,2	-17,8%	-6.035,8	-24,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	19	23.424,6	5.888,3	-17.536,3	-74,9%	-20.282,4	-76,7%
4.3.16 Transferências ANA		34,7	86,7	52,0	149,8%	50,8	131,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL		1.709,2	984,8	-724,4	-42,4%	-900,7	-46,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES		-337,4	-1.972,1	-1.634,7	484,6%	-1.612,2	426,0%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral		2.035,0	-	-2.035,0	-100,0%	-	-
4.3.20 Demais		-	-	-	-	-	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Progr. Financeira		183.410,9	195.593,3	12.182,4	6,6%	-2.843,9	-1,4%
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo		104.278,8	112.783,2	8.504,5	8,2%	433,1	0,4%
4.4.2 Discricionárias	20	79.132,1	82.810,1	3.678,0	4,6%	-3.276,9	-3,7%
5. PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL		-680.865,1	-53.403,8	627.461,2	-92,2%	712.014,7	-92,8%

Nota 1 - Imposto de Importação (+ R\$ 12.754,4 milhões / + 31,5%): essa variação decorre, principalmente, da elevação de 37,54% no valor em dólar (volume) das importações e aumento de 4,24% na taxa média de câmbio e compensados parcialmente pela redução de 4,97% na alíquota média efetiva do imposto de importação.

Nota 2 - IPI (+ R\$ 12.361,5 milhões / + 25,5%): resultado influenciado elevação de 3,51% na alíquota média efetiva do IPI-Vinculado, combinada com a elevação do valor em dólar das importações (37,54%) e o aumento de 4,24% na taxa média de câmbio. Em relação ao IPI-Outros, o resultado reflete o crescimento de 8,60% na produção industrial de dezembro de 2020 a setembro de 2021 em comparação com dezembro de 2019 a setembro de 2020 (Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física/IBGE).

Nota 3 - Imposto sobre a Renda (+ R\$ 92.022,3 milhões / + 26,3%): crescimento explicado, principalmente, pela elevação real no Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (+ R\$ 71.790,1 milhões / + 59,2%) e no Imposto de Renda Pessoa Física - IRPF (+ R\$ 11.781,4 milhões / + 30,9%). O resultado do IRPJ é influenciado, basicamente, pelo: i) incremento real de 43,60% na arrecadação referente à estimativa mensal; ii) de 73,86% na arrecadação do balanço trimestral; e iii) de 20,99% na arrecadação do lucro presumido. Destaca-se que houve recolhimentos atípicos de, aproximadamente, R\$ 5,3 bilhões no período de janeiro a outubro de 2020 e de R\$ 36,0 bilhões no período de janeiro a outubro de 2021. Em relação ao IRPF, o aumento real é explicado, principalmente, pelo: i) acréscimo real de 24,74% na arrecadação das quotas da declaração de ajuste anual (em razão da postergação dos recolhimentos desse ajuste em 2020); e ii) de 62,30% na arrecadação relativa aos ganhos de capital na alienação de bens.

Nota 4 - IOF (+ R\$ 18.813,3 milhões / + 89,0%): resultado explicado, principalmente, pela restauração da tributação das operações de crédito, cuja alíquota se encontrava reduzida a zero entre 1º e 30 de outubro de 2020. Além disto, a arrecadação do mês de outubro de 2021 foi impactada pelo Decreto 10.797/21 que elevou, temporariamente, até 31/12/21, as alíquotas aplicáveis nas operações de crédito de pessoas físicas e jurídicas.

Nota 5 - Cofins (+ R\$ 36.565,0 milhões / + 18,6%): resultado derivado, principalmente, a) da prorrogação do prazo para o recolhimento desta contribuição, vencidas em maio de 2020 e pagas em outubro do referido ano, em razão da pandemia relacionada ao Coronavírus; b) pelos acréscimos reais de 7,44% no volume de vendas (PMC-IBGE) e de 9,69% no volume de serviços (PMS-IBGE), no período compreendido de dezembro de 2020 a setembro de 2021, em relação ao período compreendido de dezembro de 2019 a setembro de 2020; e c) bom desempenho das importações no período.

Nota 6 - PIS/Pasep (+ R\$ 9.025,0 milhões / + 16,2%): mesma explicação da COFINS (ver Nota anterior).

Nota 7 - CSLL (+ R\$ 27.558,7 milhões / + 36,7%): mesma explicação do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (ver Nota anterior).

Nota 8 - Arrecadação Líquida para o RGPS (+ R\$ 27.741,8 milhões / + 8,0%): aumento explicado pela combinação de três fatores: a) Em abril de 2020, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional e da Contribuição Previdenciária Patronal. Em maio de 2020, além dos diferimentos citados, houve a prorrogação do prazo de pagamento de parcelamentos especiais. Em junho de 2020, além dos citados diferimentos, houve a suspensão do prazo de pagamento, até dezembro de 2020, dos parcelamentos celebrados entre a União e os municípios. Em julho de 2020, houve o diferimento dos parcelamentos especiais, citado anteriormente. Em setembro de 2020, houve pagamento do diferimento relativo à Contribuição Previdenciária Patronal e aos parcelamentos especiais, o mesmo ocorrendo em outubro daquele ano. Já de abril a junho de 2021, houve diferimento do prazo para pagamento do Simples Nacional. Em julho e agosto de 2021 foi paga a parcela do diferimento do Simples Nacional relativa ao mês de abril de 2021, enquanto em setembro de 2021 começou a ser paga a parcela relativa ao mês de maio de 2021; b) o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged/MTE) apresentou, até o mês de setembro de 2021, um saldo positivo de 2.512.937 empregos; e c) por outro lado, a massa salarial habitual

de dezembro de 2020 a agosto de 2021, apurada pela PNAD Contínua – Mensal/IBGE em todas as regiões brasileiras, apresentou queda real de 7,24% em relação a igual período do ano anterior.

Nota 9 - Dividendos e Participações (+ R\$ 16.884,3 milhões / + 288,8%): aumento explicado principalmente pelo recebimento de dividendos do BNDES (+ R\$ 5,2 bilhões), sem contrapartida em 2020. Ainda, houve aumento real nos dividendos pagos pela Petrobras (R\$ 8,5 bilhões) e pela Caixa Econômica Federal (R\$ 1,8 bilhão) quando comparados 2020 e 2021.

Nota 10 - Receitas de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 30.665,1 milhões / + 55,1%): devido ao efeito conjunto do preço internacional do petróleo, câmbio e produção.

Nota 11 - Demais Receitas Não Administradas pela Receita Federal do Brasil (+ R\$ 22.755,8 milhões / + 60,6%): variação explicada, principalmente, pela restituição de despesas de exercícios anteriores (+ R\$ 10,3 bilhões), pela devolução de R\$ 6,5 bilhões relativa ao Pronampe (Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte) e pela elevação na arrecadação de cota-parte do adicional ao frete para a renovação da marinha mercante - AFRMM (+ R\$ 5,9 bilhões).

Nota 12 - FPM / FPE / IPI-EE (+ R\$ 47.375,0 milhões / + 26,4%): reflexo do aumento conjunto dos tributos compartilhados (IR e IPI), quando comparado com o mesmo período do ano anterior.

Nota 13 - Transferências de Exploração de Recursos Naturais (+ R\$ 13.181,9 milhões / + 42,0%): devido a fatores explicados anteriormente sobre o desempenho das receitas de exploração de recursos naturais.

Nota 14 - Pessoal e Encargos Sociais (- R\$ 13.609,5 milhões / - 4,7%): redução real influenciada pela ausência de reajustes salariais aos servidores públicos.

Nota 15 - Abono e Seguro Desemprego (-R\$ 16.549,3 milhões / - 28,3%): diminuição resultante dos impactos causados pela pandemia do Coronavírus (Covid-19) sobre a economia, em particular, sobre o nível de emprego (impacto mais expressivo em 2020), bem como da antecipação do pagamento do abono salarial em 2020, sem contrapartida em 2021, e postergação dos pagamentos de abono salarial do 2º semestre de 2021 para o ano de 2022.

Nota 16 - Apoio Fin. Municípios/Estados (- R\$ 87.761,6 milhões): em 2020 foi realizado pagamento de Auxílio Emergencial aos Estados, Municípios e DF, inserido no rol de medidas para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19), sem contrapartida em 2021.

Nota 17 - Créditos Extraordinários (exceto PAC) (- R\$ 309.202,5 milhões / - 73,5%): redução das principais despesas associadas às medidas de combate ao Covid-19, comparados ao período de janeiro-outubro de 2021: i) Auxílio Emergencial a Pessoas em Situação de Vulnerabilidade (R\$ 60,5 bi em 2021 / R\$ 258,0 bi em 2020); ii) Despesas Adicionais do Ministério da Saúde e Demais Ministérios (R\$ 18,1 bi em 2021 / R\$ 36,7 bi em 2020); iii) Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda (R\$ 7,7 bi em 2021 / R\$ 28,8 bi em 2020); e iv) Cotas dos Fundos Garantidores de Operações e de Crédito (R\$ 5,0 bi em 2021 / R\$ 47,9 bi em 2020). Essa redução é parcialmente compensada pelo crescimento da despesa referente à Aquisição de Vacinas (R\$ 16,2 bi em 2021 / R\$ 2,1 bi em 2020).

Nota 18 - Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) (- R\$ 6.035,8 milhões / -24,1%): redução no pagamento de precatórios.

Nota 19 - Subsídios, Subvenções e Proagro (- R\$ 20.282,4 milhões / - 76,7%): redução explicada principalmente pela implementação do Programa Emergencial de Suporte a Empregos - PESE, em abril de 2020, no valor de R\$ 19,2 bilhões, para enfrentamento das consequências econômicas e sociais decorrentes do estado de emergência causado pela pandemia do Coronavírus (Covid-19).

Nota 20 - Despesas Discricionárias do Poder Executivo (- R\$ 3.276,9 milhões / - 3,7%): apesar da predominância nas reduções de R\$ 1.537,0 milhões (-19,3%) na função Transporte e de R\$ R\$ 1.476,7 milhões (-9,1%) na função Educação, houve queda na execução de despesas discricionárias em quase todas as funções, com exceção da função Saúde (aumento de R\$ 2,1 bi). Efeito influenciado pelo atraso na aprovação do orçamento federal.

Tabela 3.1. Resultado Primário do Governo Central - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1. RECEITA TOTAL ^{1/}	153.573,4	182.805,9	29.232,5	19,0%	12.842,2	7,6%	1.166.515,3	1.553.004,6	386.489,2	33,1%	308.103,5	23,5%
1.1 - Receita Administrada pela RFB	96.113,4	114.386,3	18.272,9	19,0%	8.015,0	7,5%	722.611,4	979.534,3	256.922,9	35,6%	209.658,5	25,8%
1.1.1 Imposto de Importação	4.407,7	5.307,6	899,9	20,4%	429,5	8,8%	36.004,2	51.028,4	15.024,2	41,7%	12.754,4	31,5%
1.1.2 IPI	5.825,2	6.061,2	236,0	4,1%	-385,7	-6,0%	43.128,5	58.335,7	15.207,2	35,3%	12.361,5	25,5%
1.1.2.1 IPI - Fumo	524,0	423,4	-100,6	-19,2%	-156,5	-27,0%	4.967,9	4.569,6	-398,4	-8,0%	-812,8	-14,6%
1.1.2.2 IPI - Bebidas	284,0	253,9	-30,1	-10,6%	-60,4	-19,2%	2.323,0	2.407,8	84,9	3,7%	-99,8	-3,8%
1.1.2.3 IPI - Automóveis	358,4	217,4	-141,0	-39,3%	-179,2	-45,2%	2.651,9	2.824,7	172,8	6,5%	-21,4	-0,7%
1.1.2.4 IPI - Vinculado a importação	2.278,3	2.748,4	470,1	20,6%	227,0	9,0%	17.104,6	25.604,8	8.500,3	49,7%	7.469,4	38,9%
1.1.2.5 IPI - Outros	2.380,5	2.418,1	37,6	1,6%	-216,5	-8,2%	16.081,1	22.928,8	6.847,6	42,6%	5.826,0	32,3%
1.1.3 Imposto de Renda	38.150,1	50.667,7	12.517,6	32,8%	8.446,0	20,0%	311.338,3	423.414,3	112.076,0	36,0%	92.022,3	26,3%
1.1.3.1 I.R. - Pessoa Física	3.682,2	4.249,5	567,3	15,4%	174,3	4,3%	33.890,6	47.949,8	14.059,2	41,5%	11.781,4	30,9%
1.1.3.2 I.R. - Pessoa Jurídica	14.491,6	25.810,3	11.318,7	78,1%	9.772,0	60,9%	107.829,2	184.747,3	76.918,0	71,3%	71.790,1	59,2%
1.1.3.3 I.R. - Retido na fonte	19.976,3	20.607,9	631,6	3,2%	-1.500,4	-6,8%	169.618,5	190.717,2	21.098,8	12,4%	8.450,8	4,4%
1.1.3.3.1 IRRF - Rendimentos do Trabalho	11.546,5	12.001,6	455,1	3,9%	-777,3	-6,1%	89.840,3	102.943,6	13.103,3	14,6%	6.615,9	6,5%
1.1.3.3.2 IRRF - Rendimentos do Capital	3.631,7	4.205,2	573,5	15,8%	185,9	4,6%	38.619,6	41.238,1	2.618,5	6,8%	-464,5	-1,1%
1.1.3.3.3 IRRF - Remessas ao Exterior	3.573,2	3.267,5	-305,7	-8,6%	-687,0	-17,4%	30.523,7	31.984,1	1.460,4	4,8%	-902,2	-2,6%
1.1.3.3.4 IRRF - Outros Rendimentos	1.224,9	1.133,6	-91,3	-7,5%	-222,0	-16,4%	10.634,9	14.551,5	3.916,6	36,8%	3.201,6	26,8%
1.1.4 IOF	991,2	4.896,0	3.904,8	394,0%	3.799,0	346,3%	18.784,6	38.467,7	19.683,2	104,8%	18.813,3	89,0%
1.1.5 Cofins	27.234,8	24.145,9	-3.088,9	-11,3%	-5.995,6	-19,9%	175.123,5	223.727,4	48.603,9	27,8%	36.565,0	18,6%
1.1.6 PIS/Pasep	7.612,1	6.508,2	-1.103,8	-14,5%	-1.916,2	-22,7%	49.657,3	62.129,2	12.471,8	25,1%	9.025,0	16,2%
1.1.7 CSLL	9.367,0	14.094,6	4.727,7	50,5%	3.727,9	36,0%	66.760,8	98.279,9	31.519,0	47,2%	27.558,7	36,7%
1.1.8 CPMF	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.1.9 CIDE Combustíveis	229,3	186,0	-43,3	-18,9%	-67,8	-26,7%	1.897,0	1.396,5	-500,5	-26,4%	-687,6	-32,3%
1.1.10 Outras Administradas pela RFB	2.296,1	2.519,1	222,9	9,7%	-22,1	-0,9%	19.917,1	22.755,2	2.838,1	14,2%	1.246,0	5,6%
1.2 - Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	-137,5	-85,9	51,7	-37,6%	65,9	-42,4%
1.3 - Arrecadação Líquida para o RGPS	41.491,9	38.366,8	-3.125,1	-7,5%	-7.553,3	-16,4%	307.958,4	358.702,9	50.744,6	16,5%	27.741,8	8,0%
1.3.1 Urbana	40.646,6	37.378,1	-3.268,4	-8,0%	-7.606,5	-16,9%	301.207,7	349.966,1	48.758,4	16,2%	26.237,5	7,8%
1.3.2 Rural	845,3	988,7	143,4	17,0%	53,2	5,7%	6.750,6	8.736,8	1.986,2	29,4%	1.504,4	19,8%
1.4 - Receitas Não Administradas pela RFB	15.968,1	30.052,8	14.084,7	88,2%	12.380,5	70,1%	136.083,1	214.853,1	78.770,1	57,9%	70.637,3	46,2%
1.4.1 Concessões e Permissões	148,7	3.231,8	3.083,1	-	3.067,3	-	7.415,4	6.668,1	-747,2	-10,1%	-1.478,6	-17,8%
1.4.2 Dividendos e Participações	180,2	13,7	-166,5	-92,4%	-185,7	-93,1%	5.200,9	21.798,0	16.597,0	319,1%	16.884,3	288,8%
1.4.2.1 Banco do Brasil	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.673,3	2.432,1	758,9	45,4%	656,9	34,9%
1.4.2.2 BNB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	130,3	135,0	4,7	3,6%	-4,3	-3,0%
1.4.2.3 BNDES	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	4.949,2	4.949,2	-	5.189,7	-
1.4.2.4 Caixa	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.008,0	2.816,2	1.808,1	179,4%	1.810,8	158,5%
1.4.2.5 Correios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.6 Eletrobrás	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1.085,6	1.600,6	515,0	47,4%	471,9	38,9%
1.4.2.7 IRB	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
1.4.2.8 Petrobras	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	751,6	8.985,7	8.234,1	-	8.455,2	999,1%
1.4.2.9 Demais	180,2	13,7	-166,5	-92,4%	-185,7	-93,1%	552,2	879,2	327,0	59,2%	304,0	49,1%
1.4.3 Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.398,2	1.372,0	-26,2	-1,9%	-175,4	-11,3%	13.244,4	13.813,7	569,3	4,3%	-486,3	-3,3%
1.4.4 Receitas de Exploração de Recursos Naturais	8.397,2	17.148,5	8.751,3	104,2%	7.855,1	84,5%	49.550,0	83.163,3	33.613,3	67,8%	30.665,1	55,1%
1.4.5 Receitas Próprias (fontes 50, 81 e 82)	938,3	1.204,8	266,5	28,4%	166,4	16,0%	10.596,4	13.231,4	2.635,0	24,9%	1.870,7	15,7%

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
1.4.6 Contribuição do Salário Educação	1.702,8	1.898,0	195,2	11,5%	13,4	0,7%	16.651,5	18.379,2	1.727,7	10,4%	442,5	2,4%
1.4.7 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	19,6	19,6	-	19,6	-	31,7	19,6	-12,1	-38,1%	-16,2	-45,2%
1.4.8 Demais Receitas	3.202,8	5.164,4	1.961,6	61,2%	1.619,8	45,7%	33.392,8	57.779,9	24.387,1	73,0%	22.755,8	60,6%
d/q Operações com Ativos	100,7	0,0	-100,7	-100,0%	-111,4	-100,0%	1.146,6	0,0	-1.146,6	-100,0%	-1.289,4	-100,0%
2. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA ^{2/}	20.330,7	26.621,8	6.291,1	30,9%	4.121,3	18,3%	207.369,2	278.888,8	71.519,6	34,5%	57.773,9	24,8%
2.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.180,5	19.876,9	4.696,3	30,9%	3.076,1	18,3%	159.301,1	216.952,1	57.651,0	36,2%	47.375,0	26,4%
2.2 Fundos Constitucionais	605,8	670,5	64,8	10,7%	0,1	0,0%	7.531,6	5.338,1	-2.193,5	-29,1%	-2.911,9	-34,4%
2.2.1 Repasse Total	994,9	1.393,6	398,7	40,1%	292,5	26,6%	10.279,9	14.044,5	3.764,5	36,6%	3.105,8	26,9%
2.2.2 Superávit dos Fundos	-389,1	-723,0	-334,0	85,8%	-292,4	67,9%	-2.748,3	-8.706,4	-5.958,1	216,8%	-6.017,7	194,8%
2.3 Contribuição do Salário Educação	989,0	1.132,1	143,0	14,5%	37,5	3,4%	10.548,8	11.602,8	1.054,0	10,0%	258,8	2,2%
2.4 Exploração de Recursos Naturais	2.401,0	3.563,9	1.162,9	48,4%	906,7	34,1%	27.917,1	42.853,8	14.936,7	53,5%	13.181,9	42,0%
2.5 CIDE - Combustíveis	177,3	170,1	-7,2	-4,0%	-26,1	-13,3%	690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-315,5	-40,7%
2.6 Demais	977,1	1.208,4	231,3	23,7%	127,0	11,7%	1.380,6	1.698,1	317,5	23,0%	185,6	12,1%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	133.242,7	156.184,1	22.941,3	17,2%	8.720,8	5,9%	959.146,1	1.274.115,7	314.969,7	32,8%	250.329,5	23,2%
4. DESPESA TOTAL ^{2/}	136.661,4	127.989,0	-8.672,4	-6,3%	-23.257,7	-15,4%	1.640.011,1	1.327.519,6	-312.491,6	-19,1%	-461.685,2	-25,0%
4.1 Benefícios Previdenciários	51.129,4	54.481,3	3.351,8	6,6%	-2.105,0	-3,7%	560.335,6	600.122,3	39.786,6	7,1%	-4.827,5	-0,8%
Benefícios Previdenciários - Urbano ^{3/}	40.642,2	43.323,5	2.681,4	6,6%	-1.656,2	-3,7%	446.700,2	476.999,3	30.299,1	6,8%	-5.372,8	-1,1%
Sentenças Judiciais e Precatórios	836,1	1.107,3	271,3	32,4%	182,0	19,7%	14.268,5	17.418,3	3.149,8	22,1%	2.049,1	12,7%
Benefícios Previdenciários - Rural ^{3/}	10.487,2	11.157,7	670,5	6,4%	-448,8	-3,9%	113.635,4	123.122,9	9.487,5	8,3%	545,2	0,4%
Sentenças Judiciais e Precatórios	216,9	286,3	69,4	32,0%	46,2	19,3%	3.487,5	4.508,7	1.021,2	29,3%	764,0	19,4%
4.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.565,5	24.738,3	172,8	0,7%	-2.449,0	-9,0%	257.971,8	265.119,6	7.147,8	2,8%	-13.609,5	-4,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	335,2	226,8	-108,4	-32,3%	-144,1	-38,9%	5.746,6	9.117,9	3.371,3	58,7%	3.012,7	46,5%
4.3 Outras Despesas Obrigatórias	41.861,1	26.018,3	-15.842,8	-37,8%	-20.310,5	-43,8%	638.292,8	266.684,3	-371.608,5	-58,2%	-440.404,3	-61,3%
4.3.1 Abono e Seguro Desemprego	3.830,1	2.582,8	-1.247,4	-32,6%	-1.656,1	-39,1%	51.899,3	39.786,6	-12.112,7	-23,3%	-16.549,3	-28,3%
Abono	732,7	0,0	-732,7	-100,0%	-810,9	-100,0%	17.421,8	10.158,1	-7.263,7	-41,7%	-8.700,5	-44,3%
Seguro Desemprego	3.097,5	2.582,8	-514,7	-16,6%	-845,3	-24,7%	34.477,4	29.628,5	-4.848,9	-14,1%	-7.848,9	-20,2%
d/q Seguro Defeso	230,6	184,0	-46,6	-20,2%	-71,2	-27,9%	3.113,7	3.167,9	54,2	1,7%	-172,0	-4,9%
4.3.2 Anistiados	12,0	11,9	-0,1	-0,9%	-1,4	-10,5%	130,8	128,6	-2,2	-1,7%	-13,0	-8,8%
4.3.3 Apoio Fin. EE/MM	3.616,7	0,0	-3.616,7	-100,0%	-4.002,7	-100,0%	78.123,7	0,0	-78.123,7	-100,0%	-87.761,6	-100,0%
4.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	52,0	52,0	-0,0	0,0%	-5,6	-9,7%	537,3	530,2	-7,1	-1,3%	-50,8	-8,4%
4.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.225,3	5.747,3	522,1	10,0%	-35,6	-0,6%	52.168,3	56.651,5	4.483,2	8,6%	401,8	0,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	95,1	141,2	46,1	48,5%	36,0	34,2%	1.102,0	1.386,5	284,4	25,8%	201,2	16,2%
4.3.6 Complemento para o FGTS (LC nº 110/01)	0,0	19,6	19,6	-	19,6	-	31,7	19,6	-12,1	-38,1%	-16,2	-45,2%
4.3.7 Créditos Extraordinários (exceto PAC)	31.410,0	12.010,2	-19.399,8	-61,8%	-22.752,0	-65,5%	374.169,3	107.957,5	-266.211,8	-71,1%	-309.202,5	-73,5%
4.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	607,0	511,7	-95,4	-15,7%	-160,1	-23,8%	8.087,1	6.308,7	-1.778,5	-22,0%	-2.510,6	-27,6%
4.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	98,4	63,6	-34,8	-35,4%	-45,3	-41,6%	779,1	703,3	-75,8	-9,7%	-148,1	-16,9%
4.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	926,1	74,8%	13.576,8	17.296,8	3.720,0	27,4%	2.762,9	18,1%
4.3.11 Fundo Constitucional DF (Custeio e Capital)	153,3	189,3	35,9	23,4%	19,6	11,5%	1.573,0	1.730,1	157,1	10,0%	30,0	1,7%
4.3.12 Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	839,0	836,4	-2,6	-0,3%	-92,2	-9,9%	8.196,8	8.184,7	-12,1	-0,1%	-695,4	-7,5%
4.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	0,0	332,4	332,4	-	332,4	-	0,0	4.191,7	4.191,7	-	4.400,6	-
4.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	215,8	275,8	60,0	27,8%	36,9	15,5%	22.153,5	18.207,4	-3.946,2	-17,8%	-6.035,8	-24,1%
4.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	-5.389,8	787,7	6.177,4	-	6.752,7	-	23.424,6	5.888,3	-17.536,3	-74,9%	-20.282,4	-76,7%
Operações Oficiais de Crédito e Reordenamento de Passivos	431,9	761,7	329,8	76,4%	283,7	59,4%	6.150,5	7.179,6	1.029,0	16,7%	588,3	8,5%
Equalização de custeio agropecuário	24,6	59,8	35,1	142,8%	32,5	119,4%	585,2	639,2	53,9	9,2%	8,9	1,4%
Equalização de invest. rural e agroindustrial ^{4/}	3,0	95,1	92,2	-	91,8	-	793,1	2.050,0	1.256,9	158,5%	1.252,6	140,1%

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
Política de preços agrícolas	6,3	1,6	-4,6	-74,0%	-5,3	-76,5%	-4,3	-4,2	0,1	-1,2%	0,7	-14,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,4	-0,7	-63,8%	-0,8	-67,3%	22,4	8,0	-14,4	-64,3%	-16,9	-66,8%
Equalização Aquisições do Governo Federal	5,2	1,3	-3,9	-75,6%	-4,5	-77,9%	-27,4	-12,2	15,2	-55,4%	18,4	-59,4%
Garantia à Sustentação de Preços	0,1	0,0	-0,1	-100,0%	-0,1	-100,0%	0,7	0,0	-0,7	-100,0%	-0,8	-100,0%
Pronaf	21,5	119,3	97,7	453,9%	95,4	400,5%	2.200,8	2.358,4	157,6	7,2%	-2,8	-0,1%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	26,2	123,2	97,0	370,6%	94,2	325,2%	2.209,3	2.372,9	163,6	7,4%	2,7	0,1%
Concessão de Financiamento ^{5/}	-4,6	-3,9	0,7	-16,2%	1,2	-24,3%	-8,6	-14,5	-6,0	69,5%	-5,5	57,5%
Aquisição	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Proex	33,1	136,1	103,0	311,4%	99,5	271,7%	480,2	616,3	136,2	28,4%	104,2	19,3%
Equalização Empréstimo do Governo Federal	10,0	70,4	60,4	603,3%	59,3	535,5%	212,8	489,5	276,7	130,0%	272,0	113,6%
Concessão de Financiamento ^{5/}	23,1	65,7	42,7	184,8%	40,2	157,3%	267,4	126,9	-140,5	-52,6%	-167,8	-55,9%
Programa especial de saneamento de ativos (PESA) ^{6/}	49,2	241,6	192,4	390,6%	187,1	343,3%	163,8	404,5	240,6	146,9%	230,3	125,3%
Álcool	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,7	-100,0%
Cacau	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,7	-100,0%
Programa de subsídio à habitação de interesse social (PSH)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Securitização da dívida agrícola (LEI 9.138/1995)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo da terra/ INCRA ^{5/}	0,4	0,9	0,5	109,8%	0,4	89,5%	76,1	201,6	125,5	164,8%	124,5	145,2%
Funcafé	0,1	0,0	-0,1	-66,8%	-0,1	-70,0%	5,7	4,3	-1,4	-24,1%	-1,8	-28,6%
Revitaliza	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%
Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,6	7,4	6,9	-	6,8	-	1.647,8	834,9	-813,0	-49,3%	-973,8	-52,4%
Operações de Microcredito Produtivo Orientado (EQMPO)	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Operações de crédito dest. a Pessoas com deficiência (EQPCD)	0,0	0,2	0,2	-	0,2	-	7,9	8,2	0,3	4,2%	-0,2	-2,5%
Fundo Nacional de desenvolvimento (FND) ^{5/}	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	297,3	100,0	-197,3	-66,4%	-229,0	-69,6%	297,3	325,0	27,7	9,3%	3,4	1,0%
Capitalização à Emgea	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subv. Parcial à Remun. por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Subvenções Econômicas	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	35,8	31,8	-4,0	-11,2%	-6,7	-16,7%
Sudene	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-15,4	-72,8%
Receitas de Recuperação de Subvenções ^{8/}	-4,2	-0,4	3,8	-91,2%	4,3	-92,0%	-169,7	-295,9	-126,2	74,4%	-122,2	63,9%
Proagro	297,0	336,3	39,3	13,2%	7,6	2,3%	1.347,0	1.071,4	-275,6	-20,5%	-411,3	-27,2%
PNAFE	0,0	2,9	2,9	-	2,9	-	48,9	-111,9	-160,9	-	-172,6	-
Demais Subsídios e Subvenções	-6.118,7	-313,2	5.805,4	-94,9%	6.458,5	-95,4%	15.878,1	-2.250,7	-18.128,9	-	-20.286,8	-
4.3.16 Transferências ANA	13,1	13,5	0,4	3,3%	-1,0	-6,6%	34,7	86,7	52,0	149,8%	50,8	131,4%
4.3.17 Transferências Multas ANEEL	86,0	119,2	33,2	38,6%	24,0	25,2%	1.709,2	984,8	-724,4	-42,4%	-900,7	-46,8%
4.3.18 Impacto Primário do FIES	-28,7	301,3	330,0	-	333,1	-	-337,4	-1.972,1	-1.634,7	484,6%	-1.612,2	426,0%
4.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	2,5	0,0	-2,5	-100,0%	-2,7	-100,0%	2.035,0	0,0	-2.035,0	-100,0%	-2.271,8	-100,0%
4.3.20 Demais	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Auxílio CDE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Convênios	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Doações	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
FDA/FDNE	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Reserva de Contingência	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
Ressarc. Est/Mun. Comb. Fósseis	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
4.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	19.105,4	22.751,2	3.645,8	19,1%	1.606,8	7,6%	183.410,9	195.593,3	12.182,4	6,6%	-2.843,9	-1,4%

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %
4.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.679,3	11.161,9	-517,4	-4,4%	-1.763,9	-13,6%	104.278,8	112.783,2	8.504,5	8,2%	433,1	0,4%
4.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.077,7	1.115,6	38,0	3,5%	-77,1	-6,5%	10.953,6	11.141,6	188,0	1,7%	-710,4	-5,8%
4.4.1.2 Bolsa Família	2.724,2	1.194,7	-1.529,5	-56,1%	-1.820,2	-60,4%	13.486,3	16.553,9	3.067,5	22,7%	2.276,9	15,1%
4.4.1.3 Saúde	6.819,5	7.672,8	853,4	12,5%	125,5	1,7%	71.421,2	76.111,6	4.690,5	6,6%	-992,8	-1,2%
4.4.1.4 Educação	545,7	733,5	187,7	34,4%	129,5	21,4%	5.359,6	5.944,0	584,4	10,9%	156,0	2,6%
4.4.1.5 Demais	512,2	445,3	-66,9	-13,1%	-121,6	-21,4%	3.058,1	3.032,2	-25,9	-0,8%	-296,6	-8,6%
4.4.2 Discricionárias	7.426,0	11.589,2	4.163,2	56,1%	3.370,6	41,0%	79.132,1	82.810,1	3.678,0	4,6%	-3.276,9	-3,7%
4.4.2.1 Saúde	1.259,9	4.501,5	3.241,6	257,3%	3.107,2	222,8%	19.033,8	22.850,7	3.816,9	20,1%	2.121,3	9,9%
4.4.2.2 Educação	1.463,2	1.707,0	243,8	16,7%	87,7	5,4%	14.501,2	14.259,7	-241,5	-1,7%	-1.476,7	-9,1%
4.4.2.3 Defesa	1.033,9	853,1	-180,8	-17,5%	-291,1	-25,4%	7.913,9	7.834,3	-79,6	-1,0%	-775,3	-8,7%
4.4.2.4 Transporte	734,3	842,3	108,0	14,7%	29,6	3,6%	7.071,5	6.189,7	-881,8	-12,5%	-1.537,0	-19,3%
4.4.2.5 Administração	434,1	504,1	70,0	16,1%	23,7	4,9%	4.503,5	4.469,4	-34,1	-0,8%	-421,0	-8,3%
4.4.2.6 Ciência e Tecnologia	196,9	220,3	23,4	11,9%	2,4	1,1%	2.426,1	2.252,3	-173,7	-7,2%	-389,3	-14,3%
4.4.2.7 Segurança Pública	207,1	281,5	74,4	35,9%	52,3	22,8%	2.442,6	2.342,3	-100,3	-4,1%	-322,7	-11,7%
4.4.2.8 Assistência Social	151,0	281,1	130,1	86,2%	114,0	68,2%	1.921,3	1.592,7	-328,6	-17,1%	-514,5	-23,8%
4.4.2.9 Demais	1.945,7	2.398,3	452,6	23,3%	245,0	11,4%	19.318,3	21.018,9	1.700,7	8,8%	38,3	0,2%
5. RESULT PRIMÁRIO GOV CENTRAL - ACIMA DA LINHA (3 - 4)	-3.418,6	28.195,1	31.613,7	-	31.978,6	-	-680.865,1	-53.403,8	627.461,2	-92,2%	712.014,7	-92,8%
6. AJUSTES METODOLÓGICOS	-275,5						2.522,8					
6.1 AJUSTE METODOLÓGICO ITAIPU ^{9/}	0,0						930,5					
6.2 AJUSTE METODOLÓGICO CAIXA - COMPETÊNCIA ^{10/}	-275,5						1.592,3					
7. DISCREPÂNCIA ESTATÍSTICA	484,2						-1.868,6					
8. RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL - ABAIXO DA LINHA (5 + 6 + 7)	-3.209,9						-680.210,9					
9. JUROS NOMINAIS ^{11/}	-30.071,0						-247.603,7					
10. RESULTADO NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL (8 + 9) ^{12/}	-33.281,0						-927.814,5					

Memorando												
Arrecadação Líquida para o RGPS	41.491,9	38.366,8	-3.125,1	-7,5%	-7.553,3	-16,4%	307.958,4	358.702,9	50.744,6	16,5%	12.796,6	14,7%
Arrecadação Ordinária	40.884,9	37.855,2	-3.029,7	-7,4%	-7.393,2	-16,3%	299.871,2	352.394,3	52.523,0	17,5%	15.588,9	15,6%
Ressarcimento pela Desoneração da Folha	607,0	511,7	-95,4	-15,7%	-160,1	-23,8%	8.087,1	6.308,7	-1.778,5	-22,0%	-2.792,3	-19,5%
Despesas de Custeio e Investimento ^{13/}	57.228,7	39.286,8	-17.941,9	-31,4%	-24.049,7	-38,0%	691.734,8	361.220,1	-330.514,8	-47,8%	-416.749,3	-42,5%
Despesas de Custeio	49.517,0	36.096,4	-13.420,7	-27,1%	-18.705,4	-34,1%	612.593,3	326.375,2	-286.218,1	-46,7%	-362.706,1	-41,5%
Investimento	7.711,6	3.190,5	-4.521,2	-58,6%	-5.344,2	-62,6%	79.141,5	34.844,9	-44.296,6	-56,0%	-54.043,1	-49,8%
PAC ^{14/}	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
Minha Casa Minha Vida	241,9	105,5	-136,4	-56,4%	-162,2	-60,6%	1.647,1	713,0	-934,1	-56,7%	-1.137,6	-50,5%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Apurado pelo conceito de caixa, que corresponde ao ingresso efetivo na Conta Única.

2/ Apurado pelo conceito de "pagamento efetivo", que corresponde ao valor do saque efetuado na Conta Única. A partir de 01/03/2012, inclui recursos de complementação do FGTS e despesas realizadas com recursos dessa contribuição (conforme previsto na Portaria STN nº 278, de 19/04/2012).

3/ Fonte: Ministério da Previdência Social. A Apuração do resultado do RGPS por clientela urbana e rural é realizada pelo Min. da Previdência Social segundo metodologia própria.

4/ Inclui retornos derivados de decisões judiciais relativas aos programas "Unificados Rurais" e "Unificados Industriais".

5/ Concessão de empréstimos menos retornos.

6/ Inclui "despesas" decorrentes da baixa de ativos associada a inscrição em Dívida Ativa da União.

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real	
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %

7/ Operações de crédito direcionadas exclusivamente para a aquisição de bens e serviços de tecnologia assistiva destinados a pessoas com deficiência, nos termos da Lei nº 12.613/2012. Concessão de empréstimos menos retornos.

8/ Receitas referentes à devolução de diferencial de encargo, à atualização de devolução de equalização e de recuperação de despesas de exercícios anteriores.

9/ Recursos transitórios referentes à amortização de contratos de Itaipu com o Tesouro Nacional.

10/ Sistemática de registros nas estatísticas fiscais dos subsídios e subvenções estabelecida em conformidade com os Acórdãos nº 825/2015 e nº 3.297/2015 do TCU. Nesta nova sistemática, o BCB passou a incorporar mensalmente os efeitos fiscais desses eventos segundo o critério de competência na apuração abaixo da linha, enquanto que a STN registra semestralmente impactos quando dos pagamentos dos saldos apurados pelas instituições financeiras operadoras dos programas.

11/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Fonte: Banco Central do Brasil.

12/ Apurado pelo critério "abaixo-da-linha". Não considera desvalorização cambial. Fonte: Banco Central do Brasil.

13/ Corresponde à despesa total, excluindo-se pessoal e encargos sociais, benefícios previdenciários, abono e seguro desemprego, subsídios e subvenções econômicas, LOAS/RMV, auxílio à CDE, despesa com fabricação de cédulas e moedas, FIES e Financiamento de Campanha Eleitoral.

14/ A partir da LDO de 2020, as ações relativas ao Programa de Aceleração do Crescimento deixaram de apresentar o identificador de Resultado Primário "discricionária abrangida pelo Programa de Aceleração do Crescimento - PAC (RP 3)".

Tabela 3.2. Transferências e despesas primárias - critério "valor pago" e apuração do Teto dos Gastos (EC 95/2016) - Brasil
R\$ Milhões - Valores a preços correntes, exceto se indicado "real" (atualização pelo IPCA)

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real					
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %				
1. TRANSF. POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	20.255,1	26.628,3	6.373,1	31,5%	4.211,4	18,8%	207.180,6	278.803,0	71.622,3	34,6%	57.891,8	24,8%				
1.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.180,5	19.876,9	4.696,3	30,9%	3.076,1	18,3%	159.310,5	216.952,1	57.641,6	36,2%	47.364,4	26,4%				
1.2 Fundos Constitucionais	605,8	670,5	64,8	10,7%	0,1	0,0%	7.531,6	5.338,1	-2.193,5	-29,1%	-2.914,5	-34,4%				
1.2.1 Repasse Total	994,9	1.393,6	398,7	40,1%	292,5	26,6%	10.279,9	14.044,5	3.764,5	36,6%	3.103,1	26,8%				
1.2.2 Superávit dos Fundos	-	389,1	-	723,0	-	334,0	85,8%	-	292,4	67,9%	-2.748,3	-8.706,4	-5.958,1	216,8%	-6.017,7	194,8%
1.3 Contribuição do Salário Educação	989,0	1.132,1	143,0	14,5%	37,5	3,4%	10.548,8	11.602,8	1.054,0	10,0%	258,8	2,2%				
1.4 Exploração de Recursos Naturais	2.325,4	3.570,3	1.244,9	53,5%	996,7	38,7%	27.719,1	42.768,0	15.048,9	54,3%	13.313,0	42,7%				
1.5 CIDE - Combustíveis	177,3	170,1	-	7,2	-4,0%	-	26,1	-13,3%	690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-315,5	-40,7%		
1.6 Demais	977,1	1.208,4	231,3	23,7%	127,0	11,7%	1.380,5	1.698,1	317,5	23,0%	185,6	12,1%				
1.6.1 Concessão de Recursos Florestais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
1.6.2 Concurso de Prognóstico	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
1.6.3 IOF Ouro	7,2	7,1	-	0,1	-1,2%	-	0,9	-10,7%	49,2	60,5	11,3	22,9%	7,7	13,9%		
1.6.4 ITR	969,9	1.201,2	231,4	23,9%	127,9	11,9%	1.280,8	1.598,2	317,4	24,8%	192,5	13,5%				
1.6.5 Taxa de ocupação, foro e laudêmio	-	-	-	-	-	-	50,5	39,4	-11,1	-22,1%	-14,5	-25,5%				
1.6.6 Outras ^{1/}	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-				
2. DESPESA TOTAL	136.820,0	128.085,3	-	8.734,6	-6,4%	-	23.336,9	-15,4%	1.638.742,8	1.326.112,1	-312.630,7	-19,1%	-461.733,8	-25,0%		
2.1 Benefícios Previdenciários	51.111,0	54.455,4	3.344,4	6,5%	-	2.110,5	-3,7%	559.979,7	599.978,7	39.999,0	7,1%	-4.573,7	-0,7%			
2.1.1 Benefícios Previdenciários - Urbano	39.806,1	42.213,9	2.407,9	6,0%	-	1.840,5	-4,2%	432.231,3	459.579,0	27.347,7	6,3%	-7.196,9	-1,5%			
2.1.2 Benefícios Previdenciários - Rural	10.252,0	10.848,2	596,3	5,8%	-	497,9	-4,4%	109.992,5	118.473,5	8.481,0	7,7%	-189,3	-0,2%			
2.1.3 Benefícios Previdenciários - Sentenças e precatórios	1.053,0	1.393,3	340,3	32,3%	-	227,9	19,6%	17.756,0	21.926,2	4.170,3	23,5%	2.812,4	14,1%			
2.2 Pessoal e Encargos Sociais	24.560,1	24.867,8	307,7	1,3%	-	2.313,5	-8,5%	256.987,3	263.869,4	6.882,1	2,7%	-13.824,1	-4,8%			
2.2.1 Ativo Civil	10.475,9	10.419,4	-	56,5	-0,5%	-	1.174,5	-10,1%	108.917,1	109.720,4	803,4	0,7%	-7.967,4	-6,5%		
2.2.2 Ativo Militar	2.584,9	2.635,6	50,7	2,0%	-	225,2	-7,9%	26.133,4	27.437,4	1.304,0	5,0%	-764,4	-2,6%			
2.2.3 Aposentadorias e pensões civis	6.953,5	7.117,7	164,2	2,4%	-	577,9	-7,5%	73.246,9	73.108,9	-138,0	-0,2%	-6.146,3	-7,5%			
2.2.4 Reformas e pensões militares	4.246,9	4.480,9	233,9	5,5%	-	219,3	-4,7%	43.096,6	44.702,3	1.605,7	3,7%	-1.907,4	-3,9%			
2.2.5 Outros	298,9	214,3	-	84,6	-28,3%	-	116,5	-35,2%	5.593,4	8.900,4	3.307,0	59,1%	2.961,4	47,0%		
2.3 Outras Despesas Obrigatórias	41.867,6	26.035,9	-	15.831,6	-37,8%	-	20.300,0	-43,8%	638.273,3	266.827,6	-371.445,7	-58,2%	-440.234,8	-61,3%		
2.3.1 Abono e seguro desemprego	3.830,1	2.582,8	-	1.247,4	-32,6%	-	1.656,1	-39,1%	51.899,3	39.786,6	-12.112,7	-23,3%	-16.549,3	-28,3%		
2.3.2 Anistiados	12,0	11,9	-	0,1	-0,9%	-	1,4	-10,5%	130,9	128,6	-2,2	-1,7%	-13,0	-8,8%		
2.3.3 Apoio Fin. Municípios / Estados	3.616,7	-	-	3.616,7	-100,0%	-	4.002,7	-100,0%	78.123,7	0,0	-78.123,7	-100,0%	-87.761,6	-100,0%		
2.3.4 Benefícios de Legislação Especial e Indenizações	54,5	55,2	0,7	1,3%	-	5,1	-8,5%	555,9	566,6	10,7	1,9%	-33,7	-5,4%			
2.3.5 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	5.225,1	5.746,9	521,7	10,0%	-	35,9	-0,6%	52.168,5	56.652,7	4.484,2	8,6%	402,9	0,7%			
2.3.5.1 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Benefícios	5.130,0	5.605,6	475,6	9,3%	-	71,9	-1,3%	51.066,5	55.266,2	4.199,7	8,2%	201,7	0,4%			
2.3.5.2 Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV - Precatórios	95,1	141,2	46,1	48,5%	-	36,0	34,2%	1.102,0	1.386,5	284,5	25,8%	201,3	16,2%			
2.3.6 Complemento do FGTS (LC nº 110/01)	-	19,6	19,6	-	-	19,6	-	31,7	19,6	-12,1	-38,1%	-16,2	-45,2%			
2.3.7 Créditos Extraordinários	31.417,1	12.011,7	-	19.405,4	-61,8%	-	22.758,4	-65,5%	374.146,5	107.915,5	-266.230,9	-71,2%	-309.221,9	-73,5%		
2.3.8 Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	607,0	511,7	-	95,4	-15,7%	-	160,1	-23,8%	8.087,1	6.308,7	-1.778,5	-22,0%	-2.510,6	-27,6%		
2.3.9 Fabricação de Cédulas e Moedas	98,4	63,6	-	34,8	-35,4%	-	45,3	-41,6%	779,1	703,3	-75,8	-9,7%	-148,1	-16,9%		
2.3.10 FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7	1.045,4	93,5%	-	926,1	74,8%	13.576,8	17.296,8	3.720,0	27,4%	2.762,9	18,1%			
2.3.11 Fundo Constitucional DF	153,3	189,0	35,7	23,3%	-	19,4	11,4%	1.573,0	1.729,8	156,8	10,0%	29,7	1,7%			
2.3.12 Legislativo, Judiciário, MPU e DPU	824,6	819,6	-	5,0	-0,6%	-	93,0	-10,2%	8.064,2	8.022,6	-41,5	-0,5%	-714,1	-7,9%		
2.3.13 Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	-	332,4	332,4	-	-	332,4	-	0,0	4.191,7	4.191,7	-	-	4.400,6	-		
2.3.14 Sentenças Judiciais e Precatórios - OCC	215,8	294,8	79,0	36,6%	-	55,9	23,4%	22.153,9	18.384,1	-3.769,7	-17,0%	-5.853,0	-23,4%			
2.3.15 Subsídios, Subvenções e Proagro	-	5.389,8	787,7	6.177,4	-	6.752,7	-	23.424,6	5.888,3	-17.536,3	-74,9%	-20.282,4	-76,7%			
2.3.15.1 Igualização de custeio agropecuário	24,6	59,8	35,1	142,8%	-	32,5	119,4%	585,2	639,2	53,9	9,2%	8,9	1,4%			

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real		
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	
2.3.15.2 Equalização de invest. rural e agroindustrial	3,0	95,1	92,2	-	91,8	-	793,1	2.050,0	1.256,9	158,5%	1.252,6	140,1%	
2.3.15.3 Equalização Empréstimo do Governo Federal	1,0	0,4	0,7	-63,8%	0,8	-67,3%	22,4	8,0	-14,4	-64,3%	-16,9	-66,8%	
2.3.15.4 Equalização Aquisições do Governo Federal	5,2	1,3	3,9	-75,6%	4,5	-77,9%	-27,4	-12,2	15,2	-55,4%	18,4	-59,4%	
2.3.15.5 Garantia à Sustentação de Preços	0,1	-	0,1	-100,0%	0,1	-100,0%	0,7	0,0	-0,7	-100,0%	-0,8	-100,0%	
2.3.15.6 Pronaf	21,5	119,3	97,7	453,9%	95,4	400,5%	2.200,8	2.358,4	157,6	7,2%	-2,8	-0,1%	
2.3.15.7 Proex	33,1	136,1	103,0	311,4%	99,5	271,7%	480,2	616,3	136,2	28,4%	104,2	19,3%	
2.3.15.8 Programa especial de saneamento de ativos (PESA)	49,2	241,6	192,4	390,6%	187,1	343,3%	163,8	404,5	240,6	146,9%	230,3	125,3%	
2.3.15.9 Álcool	-	-	-	-	-	-	2,4	0,0	-2,4	-100,0%	-2,7	-100,0%	
2.3.15.10 Fundo da terra/ INCRA	0,4	0,9	0,5	109,8%	0,4	89,5%	76,1	201,6	125,5	164,8%	124,5	145,2%	
2.3.15.11 Funcafé	0,1	0,0	0,1	-66,8%	0,1	-70,0%	5,7	4,3	-1,4	-24,1%	-1,8	-28,6%	
2.3.15.12 Revitaliza	-	-	-	-	-	-	1,0	0,1	-0,9	-89,1%	-1,0	-89,7%	
2.3.15.13 Programa de Sustentação ao Investimento - PSI	0,6	7,4	6,9	-	6,8	-	1.647,8	834,9	-813,0	-49,3%	-973,8	-52,4%	
2.3.15.14 Operações de crédito destinadas a Pessoas com deficiência (EQPCD)	-	0,2	0,2	-	0,2	-	7,9	8,2	0,3	4,2%	-0,2	-2,5%	
2.3.15.15 Fundo Setorial Audiovisual (FSA)	297,3	100,0	197,3	-66,4%	229,0	-69,6%	297,3	325,0	27,7	9,3%	3,4	1,0%	
2.3.15.16 Subv. Parcial à Remuneração por Cessão de Energia Elétrica de Itaipu	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.17 Equalização dos Fundos FDA/FDNE/FDCO	-	-	-	-	-	-	35,8	31,8	-4,0	-11,2%	-6,7	-16,7%	
2.3.15.18 Receitas de Recuperação de Subvenções	-	4,2	0,4	-91,2%	4,3	-92,0%	-169,7	-295,9	-126,2	74,4%	-122,2	63,9%	
2.3.15.19 Proagro	297,0	336,3	39,3	13,2%	7,6	2,3%	1.347,0	1.071,4	-275,6	-20,5%	-411,3	-27,2%	
2.3.15.20 PNAFE	-	2,9	2,9	-	2,9	-	48,9	-111,9	-160,9	-	-172,6	-	
2.3.15.21 Fundo Nacional do Desenvolvimento	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.22 Sudene	-	-	-	-	-	-	18,7	5,4	-13,4	-71,3%	-15,4	-72,8%	
2.3.15.23 Subvenções Econômicas	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.24 Securitização da dívida agrícola (Lei 9.318/1595)	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.25 Capitalização à Emgea	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.3.15.26 Cacau	-	-	-	-	-	-	8,6	0,0	-8,6	-100,0%	-9,7	-100,0%	
2.3.15.27 Demais Subsídios e Subvenções	-	6.118,7	313,2	5.805,4	-94,9%	6.458,5	-95,4%	15.878,1	-2.250,7	-18.128,9	-	-20.286,8	-
2.3.16 Transferências ANA	24,6	25,1	0,5	1,9%	2,2	-7,9%	151,5	219,8	68,3	45,1%	57,8	34,0%	
2.3.17 Transferências Multas ANEEL	86,0	119,2	33,2	38,6%	24,0	25,2%	1.709,2	984,8	-724,4	-42,4%	-900,7	-46,8%	
2.3.18 Impacto Primário do FIES	-	28,7	301,3	330,0	-	333,1	-	-337,4	-1.972,1	-1.634,7	484,6%	-1.612,1	426,0%
2.3.19 Financiamento de Campanha Eleitoral	2,5	-	2,5	-100,0%	2,7	-100,0%	2.035,0	0,0	-2.035,0	-100,0%	-2.271,8	-100,0%	
2.3.20 Demais	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-	
2.4 Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Financeira	19.281,2	22.726,1	3.444,9	17,9%	1.387,1	6,5%	183.502,5	195.436,4	11.933,9	6,5%	-3.101,1	-1,5%	
2.4.1 Obrigatórias com Controle de Fluxo	11.797,7	11.258,1	539,6	-4,6%	1.798,7	-13,8%	104.355,7	112.718,4	8.362,8	8,0%	273,9	0,2%	
2.4.1.1 Benefícios a servidores públicos	1.088,6	1.125,3	36,6	3,4%	79,5	-6,6%	10.962,5	11.134,4	171,9	1,6%	-728,5	-5,9%	
2.4.1.2 Bolsa Família	2.751,8	1.205,0	1.546,8	-56,2%	1.840,5	-60,4%	13.490,3	16.549,2	3.059,0	22,7%	2.267,3	15,0%	
2.4.1.3 Saúde	6.888,6	7.738,9	850,4	12,3%	115,2	1,5%	71.477,0	76.060,5	4.583,5	6,4%	-1.112,6	-1,4%	
2.4.1.4 Educação	551,3	739,8	188,5	34,2%	129,7	21,3%	5.365,4	5.939,2	573,8	10,7%	144,2	2,4%	
2.4.1.5 Demais	517,4	449,1	68,3	-13,2%	123,5	-21,6%	3.060,5	3.035,1	-25,4	-0,8%	-296,5	-8,6%	
2.4.2 Discricionárias	7.483,6	11.468,0	3.984,4	53,2%	3.185,8	38,5%	79.146,9	82.718,0	3.571,2	4,5%	-3.375,0	-3,8%	
2.4.2.1 Saúde	1.269,6	4.454,4	3.184,8	250,8%	3.049,3	217,0%	19.041,4	22.735,3	3.693,9	19,4%	1.996,9	9,3%	
2.4.2.2 Educação	1.474,6	1.689,2	214,6	14,6%	57,3	3,5%	14.530,0	14.313,2	-216,7	-1,5%	-1.450,1	-8,9%	
2.4.2.3 Defesa	1.041,9	844,2	197,7	-19,0%	308,9	-26,8%	7.914,9	7.841,2	-73,8	-0,9%	-768,5	-8,6%	
2.4.2.4 Transporte	740,0	833,5	93,5	12,6%	14,5	1,8%	7.068,3	6.216,8	-851,5	-12,0%	-1.504,2	-18,9%	
2.4.2.5 Administração	437,5	498,8	61,3	14,0%	14,7	3,0%	4.502,1	4.463,2	-38,9	-0,9%	-425,0	-8,4%	
2.4.2.6 Ciência e Tecnologia	198,5	218,0	19,6	9,9%	1,6	-0,7%	2.420,1	2.254,1	-166,0	-6,9%	-380,5	-14,0%	
2.4.2.7 Segurança Pública	208,7	278,6	69,9	33,5%	47,6	20,6%	2.440,7	2.343,7	-96,9	-4,0%	-318,6	-11,6%	
2.4.2.8 Assistência Social	152,1	278,1	126,0	82,8%	109,8	65,2%	1.920,8	1.581,4	-339,5	-17,7%	-525,5	-24,4%	
2.4.2.9 Demais	1.960,7	2.373,2	412,5	21,0%	203,2	9,4%	19.308,5	20.969,2	1.660,6	8,6%	0,5	0,0%	

Discriminação	Outubro		Variação Nominal		Variação Real		Acumulado Jan-Out		Variação Nominal		Variação Real			
	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %	2020	2021	R\$ Milhões	Var. %	R\$ Milhões	Var. %		
Memorando:														
3. TOTAL DAS DESP APURADAS PARA O RESULT PRIMÁRIO DO GOV CENTRAL (I-II)	157.075,1	154.713,6	-	2.361,5	-1,5%	-	19.125,5	-11,0%	1.845.923,5	1.604.915,1	-241.008,4	-13,1%	-403.841,9	-19,4%
4. DESPESAS NÃO INCLUÍDAS NA BASE DE CÁLCULO DO TETO DA EC 95/2016 (§ 6º)	50.943,9	41.085,6	-	9.858,3	-19,4%	-	15.295,3	-27,1%	694.497,8	408.824,0	-285.673,8	-41,1%	-355.549,0	-45,5%
4.1 Transferências constitucionais (Inciso I do § 6º)	21.964,6	29.374,3		7.409,7	33,7%		5.065,5	20,8%	225.260,9	302.951,5	77.690,6	34,5%	62.731,8	24,8%
4.1.1 FPM / FPE / IPI-EE	15.180,5	19.876,9		4.696,3	30,9%		3.076,1	18,3%	159.310,5	216.952,1	57.641,6	36,2%	47.364,4	26,4%
4.1.2 Contribuição do Salário Educação	989,0	1.132,1		143,0	14,5%		37,5	3,4%	10.548,8	11.602,8	1.054,0	10,0%	258,8	2,2%
4.1.3 Exploração de Recursos Naturais	2.325,4	3.570,3		1.244,9	53,5%		996,7	38,7%	27.719,1	42.768,0	15.048,9	54,3%	13.313,0	42,7%
4.1.4 CIDE - Combustíveis	177,3	170,1	-	7,2	-4,0%	-	26,1	-13,3%	690,0	444,0	-246,1	-35,7%	-315,5	-40,7%
4.1.5 Demais	3.292,4	4.624,9		1.332,6	40,5%		981,2	26,9%	26.992,4	31.184,7	4.192,3	15,5%	2.111,1	7,0%
IOF Ouro	7,2	7,1	-	0,1	-1,2%	-	0,9	-10,7%	49,2	60,5	11,3	22,9%	7,7	13,9%
ITR	969,9	1.201,2		231,4	23,9%		127,9	11,9%	1.280,8	1.598,2	317,4	24,8%	192,5	13,5%
FUNDEB (Complem. União)	1.118,3	2.163,7		1.045,4	93,5%		926,1	74,8%	13.576,8	17.296,8	3.720,0	27,4%	2.762,9	18,1%
Fundo Constitucional DF - FCDF	1.197,0	1.252,8		55,9	4,7%	-	71,9	-5,4%	12.085,6	12.229,2	143,6	1,2%	-851,9	-6,3%
FCDF - OCC	153,3	189,0		35,7	23,3%		19,4	11,4%	1.573,0	1.729,8	156,8	10,0%	29,7	1,7%
FCDF - Pessoal	1.043,7	1.063,8		20,1	1,9%	-	91,3	-7,9%	10.512,6	10.499,4	-13,2	-0,1%	-881,7	-7,5%
4.2 Créditos extraordinários (Inciso II do § 6º)	28.917,4	11.699,0	-	17.218,4	-59,5%	-	20.304,6	-63,4%	469.066,5	105.691,1	-363.375,5	-77,5%	-418.280,6	-79,3%
d/q Créditos Extraordinários do Impacto Primário do FIES	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	-0,0	-100,0%	-0,0	-100,0%
4.3 Desp. não recorr. Just. eleitoral com a realização de eleições (Inciso III do § 6º)	61,8	6,9	-	54,9	-88,8%	-	61,5	-89,9%	150,6	162,6	12,0	8,0%	2,9	1,7%
4.3.1 Pleitos Eleitorais - OCC	47,0	4,6	-	42,4	-90,2%	-	47,4	-91,1%	132,1	119,3	-12,9	-9,7%	-22,5	-15,2%
4.3.2 Pleitos Eleitorais - Pessoal	14,9	2,3	-	12,6	-84,5%	-	14,1	-86,0%	18,4	43,4	24,9	135,1%	25,4	123,8%
4.4 Despesas com aum. de capital de emp. estatais não depend. (Inciso IV do § 6º)	-	5,4		5,4	-		5,4	-	19,8	18,8	-1,0	-4,9%	-3,0	-13,7%
4.5 Cessão Onerosa (Inciso V do § 6º) ^{2/}	-	-	-	-	-	-	-	-	0,0	0,0	0,0	-	0,0	-
5. TOTAL DAS DESPESAS APURADAS SUJEITAS AO TETO DA EC 95/2016 (III - IV)	106.131,2	113.628,0		7.496,8	7,1%	-	3.830,2	-3,3%	1.151.425,7	1.196.091,0	44.665,4	3,9%	-48.292,9	-3,7%

Obs.: Dados sujeitos à alteração.

1/ Refere-se à transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.

2/ Corresponde à somatória de dois itens: i) pagamento à Petrobras decorrente da revisão do contrato de cessão onerosa e ii) transferência a Estados, Distrito Federal e Municípios de parte dos valores arrecadados com os leilões, ocorridos em novembro/2019, dos volumes excedentes da cessão onerosa.